

## LINGUÍSTICA E GRAMÁTICA NORMATIVA NO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Heloisa Mara MENDES

Universidade Federal de Uberlândia  
hlsmnds@ileel.ufu.br

**Resumo:** Neste trabalho, pretendemos problematizar as noções de “erro” e norma linguística mobilizadas em *Erros nossos de cada dia*, painel que fez parte de *Menas o certo do errado, o errado do certo*, sexta exposição temporária do Museu da Língua Portuguesa, localizado na cidade de São Paulo – Brasil. Partimos da hipótese de que, no museu – instituição com reconhecida função educativa –, há uma “exibição” de fatos de variação linguística, entre outras coisas, sob o pretexto de que nesse espaço não haveria preconceito linguístico ou de que esse seria um espaço mais “democrático” no tratamento de questões relacionadas ao português do Brasil. No entanto, a representação que o museu faz do que seja variação é confusa, do ponto de vista que adotamos para análise, a Sociolinguística Variacionista, e parece assentar-se sobre uma perspectiva que julga os fatos linguísticos como corretos ou incorretos a partir do que se diz sobre a língua nos dicionários e manuais de gramática normativa, nos quais, comumente, a língua é tomada como a modalidade escrita da língua baseada em textos literários.

**Palavras-chave:** Museu da Língua Portuguesa; erro; norma.

### 1. Introdução

Não é novidade que há uma distância entre a realidade dos desempenhos linguísticos diários e o sistema dominante das prescrições linguísticas. Essa distância coloca em relevo, por um lado, o fato de que um conjunto de julgamentos de valor a cerca da língua impõe o emprego de certas formas e a exclusão de outras e, por outro lado, o fato de que o uso efetivo que os usuários fazem da língua apresenta uma grande diversidade de formas.

Consideremos os enunciados:

(1) Tenho medo que ocorra um terremoto aqui.

Para muitas pessoas, é evidente que o enunciado (1) comporta o que se chama de “erro” ou de desrespeito a regras gramaticais. Entretanto, é bastante provável que, no Brasil, esse enunciado ocorra com mais frequência do que *Tenho medo de que ocorra um terremoto aqui*. Retirado de *Erros nossos de cada dia*, uma das instalações de *Menas o certo do errado, o errado do certo*, sexta mostra a ocupar o espaço das exposições temporárias do Museu da Língua Portuguesa, localizado na cidade de São Paulo – Brasil, o enunciado (1) é acompanhado do comentário:

O substantivo medo pede a preposição **de** antes de seu complemento: medo **de** chuva, medo **de** terremoto. Se o complemento é toda uma frase, como no exemplo abaixo [Tenho medo que ocorra um terremoto aqui], será melhor

escrever: “tenho medo de que ocorra um terremoto aqui” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 28, destaque do autor).

O comentário que acompanha o enunciado (1), claramente, prescreve uma forma e exclui a outra, o “erro nosso de cada dia”. Em que está baseada essa noção de “erro” diante de enunciados funcionalmente equivalentes? Quais os critérios para que uma forma seja considerada legítima e a outra ilegítima? Como explicar que a forma condenada é amplamente realizada tanto em contextos orais como em contextos escritos mais ou menos formais?

Este trabalho filia-se à perspectiva teórica da Sociolinguística Variacionista (doravante Sociolinguística) e visa à descrição e análise qualitativa dos fatos linguísticos e seus comentários apresentados em *Erros nossos de cada dia*. Visa, também, a problematizar as noções de “erro” e norma linguística mobilizadas nessa instalação. Partimos da hipótese de que, no Museu da Língua Portuguesa, há uma “exibição” de fatos de variação linguística, entre outras coisas, sob o pretexto de que nesse espaço não haveria preconceito linguístico ou de que esse seria um espaço mais “democrático” no tratamento de questões relacionadas ao português brasileiro, no entanto, a representação que o museu faz do que seja variação é confusa, do ponto de vista que adotamos para análise, e parece assentar-se sobre uma perspectiva que julga os fatos linguísticos como corretos ou incorretos a partir do que se diz sobre a língua nos dicionários e manuais de gramática normativa, nos quais, comumente, a língua é tomada como a modalidade escrita da língua baseada em textos literários.

Na tentativa de levarmos a cabo os objetivos a que nos propomos, a saber, descrever/analisar *Erros nossos de cada dia* e problematizar as noções de “erro” e norma mobilizadas nessa instalação a partir do arcabouço teórico da Sociolinguística, organizamos nosso trabalho em duas partes.

Na primeira parte, discutimos a noção de norma, como se dá sua constituição ao longo da história das línguas e o modo como essa noção, muitas vezes, principalmente fora do meio acadêmico, se confunde com o conceito de língua. Procuramos, também, apresentar aspectos históricos elucidativos da constituição da norma dita culta do português empregado no Brasil.

Na segunda parte, apresentamos nossas análises do *corpus*.

## 2. A noção de norma linguística

Em seu uso habitual ou mais próximo do senso comum, o termo norma designa uma variedade de língua que, em determinado período, se impõe e é imposta por todo um aparato prescritivo como o modelo por meio do qual todos os comportamentos linguísticos devem ser medidos. Trata-se da língua “correta”, do “bom uso”, definições que levam à classificação de todas as outras formas possíveis como erros ou incorreções. Por representar a escolha de uma forma entre tantas possíveis, essa definição de norma é, de um ponto de vista estritamente linguístico, arbitrária.

A distinção feita pelo canadense Stanley Aléong (2001) entre normas explícitas e normas implícitas esclarece uma das formas de, ao mesmo tempo, compreender a existência de uma norma linguística sócio-historicamente dominante, ou melhor, uma norma que não está baseada em critérios linguísticos e a heterogeneidade das realizações linguísticas concretas:

A norma explícita compreende esse conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição. Ela se constitui segundo processos sócio-históricos (...). Codificada e consagrada num aparato de referência, essa norma é socialmente dominante no sentido

de impor como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido e monitorado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública.

Quanto às normas implícitas, trata-se daquelas formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata (ALÉONG, 2001, p. 153).

Para tornar mais preciso o conceito de norma explícita, que se confunde com o conceito de norma padrão ou culta, Aléong (2001) identifica três componentes em toda norma desse tipo: i) um *discurso da norma* que classifica os fatos linguísticos em categorias de certo, errado, bom, mau, puro, padrão, etc., é imperativo, autoritário e arbitrário; ii) um *aparelho de referência* que faz remissão a usuários revestidos de autoridade em matéria de linguagem, a academias, órgãos públicos, dicionários e gramáticas; e iii) a *difusão e imposição* em lugares estratégicos como a escola, a imprensa e a administração pública.

A nosso ver, a distinção empreendida por Aléong (2001) pode ser aproximada do pensamento de sociolinguistas na medida em que apreende a diversidade linguística como uma qualidade constitutiva da linguagem.

Na perspectiva de Alkmin (2001, p. 40, destaque nosso),

**A variedade padrão de uma comunidade – também chamada de norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original,** posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar.

Em sociedades como a nossa, a variedade culta ou padrão é a variedade linguística socialmente mais valorizada, possuidora de reconhecido prestígio e cujo uso normalmente é requerido em situações de interação comunicativa que exigem certa formalidade no que se refere tanto ao tratamento do tema quanto à relação estabelecida entre os interlocutores. No Brasil e em outras sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão coincide com o modo de falar das classes sociais mais favorecidas e de determinadas regiões geográficas.

Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional (GNERRE, 1988, p. 61).

Historicamente, a afirmação de uma variedade sobre as outras se deu a partir de sua associação à escrita e, conseqüentemente, ao seu uso na transmissão de informações de ordem política e “cultural”. Uma variedade foi, dessa forma, legitimada, ou seja, tornada natural, vista como pertencente à natureza de uma comunidade linguística. Extraída de um grupo de poder, ela foi proposta como algo central da identidade nacional, pois seria portadora de uma tradição e uma cultura.

Na Idade Média, as diferenças entre as variedades linguísticas correntes e o latim, modelo de língua e de poder na Europa, nesse período, eram grandes. A associação dessas

variedades com a escrita resultou em um processo de “adequação” lexical e sintática sempre baseada no latim. De acordo com Gnerre (1988, p. 63), “as línguas românicas levaram tempo para chegar a ser variedades escritas de complexidade comparável à do modelo que visavam, o latim”.

Em um segundo momento de fixação de uma norma, a variedade linguística estabelecida como língua escrita passou por uma associação com a tradição gramatical greco-latina.

No período das grandes navegações e da expansão colonial ibérica, a afirmação de uma variedade linguística representava para Portugal e Espanha uma dupla afirmação de poder: em relação às demais variedades internas de cada país, reduzidas a “dialetos”, e em relação às línguas dos povos colonizados. Em conformidade com Gnerre (1988), o reconhecimento da língua como instrumento de poder nas relações externas desses países foi registrado na primeira gramática da língua castelhana de Antonio de Nebrija (1492) e nas gramáticas da língua portuguesa de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), embora o poder da variedade codificada na gramática não fosse percebido internamente.

No caso específico do Brasil, durante o período colonial, mas não somente, como procuraremos mostrar, a norma linguística da metrópole era o modelo de língua, algo que fica mais claro com relação à literatura.

Durante o período colonial nossos escritores produziram suas obras de olhos postos em Portugal. Não havia em nosso país público para eles, o analfabetismo era extensivo, as escolas eram poucas e apenas de nível elementar, pois o curso superior viria a dar seus primeiros passos apenas em 1808. Em Portugal iam buscar sua formação, e com isso sua linguagem representava o padrão de Lisboa ou de Coimbra (CASTILHO, 1988, p. 56).

Os primeiros escritores formados no Brasil, que escreviam para os brasileiros, eram indiferentes aos críticos portugueses e empunhavam uma bandeira nacionalista, entraram em cena somente no Modernismo, embora uma primeira afirmação da brasilidade da nossa linguagem tenha ocorrido durante o Romantismo.

No que diz respeito à língua literária no Brasil e sua relação com a norma culta, a escolha do “bom uso” da língua sempre foi calcada em motivos políticos e isso ainda vigora atualmente. Embora nosso país tenha sido “descoberto” em 1530, a pouca influência cultural exercida por Portugal fez com que continuássemos sendo um país rural de grande dimensão por aproximadamente trezentos anos. Foi a chegada da corte portuguesa em 1808, no Rio de Janeiro, que impulsionou o interesse pela escola e pela vida intelectual e artística. O Brasil do século XIX caracterizou-se por um espírito de época purista como forma de negar o atraso.

Alencar foi acusado de praticar uma linguagem descuidada, cheia de neologismos e galicismos. Dessa polêmica tomaram parte tanto portugueses quanto brasileiros contra Alencar. Em verdade, o centro das atenções era Portugal e a produção linguística brasileira era toda voltada para lá e, portanto, o que escapasse à norma clássica portuguesa era duramente criticado. Diga-se, ainda, que **os brasileiros eram mais rígidos que os próprios portugueses, pois queriam deixar patente sua erudição e provar não serem provincianos** (LEITE, 2006, p. 27, destaque nosso).

Somente a partir de 1922, com a Semana de Arte Moderna, o purismo, no Brasil, começou a se transformar em função de o movimento modernista apregoar a ruptura com o passado e uma reforma do panorama linguístico brasileiro por meio da defesa e da valorização da variante linguística praticada aqui. A linguagem de Mário de Andrade, Manuel Bandeira,

Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, entre outros modernistas, permitiu que fosse praticada uma linguagem mais próxima da linguagem efetivamente em uso em nosso país, no entanto, os efeitos dessa abertura parecem não ter sido suficientes para romper com o conservadorismo da prescrição gramatical adotada aqui. De acordo com Leite (2006, p. 28),

em termos de norma prescritiva, por exemplo, apenas depois da década de 70 alguns usos modernistas foram abandonados. Muitos outros, de uso corrente na língua escrita do Brasil, ainda são considerados incorretos.<sup>1</sup>

Ainda de acordo com Leite (2006), apesar de o Brasil não possuir, oficialmente, uma política purista, a tradição gramatical normativa é muito valorizada em nosso país.

Os estudos linguísticos que investigam a sintaxe do português do Brasil, nos últimos anos, têm procurado descrever o processo de mudança linguística que o originou, bem como contrastá-lo com o português de Portugal. Grosso modo, esses estudos são contundentes quanto à distância entre um e outro e quanto à distância entre as formas vernáculas<sup>2</sup> do português brasileiro e aquela que é prescrita nos manuais de gramática.

De acordo com Pagotto (1998), superado o período polêmico em torno da possível existência de uma “língua brasileira”, a partir da segunda metade do século XIX, teve início a constituição de uma nova norma culta no Brasil que não se deu apenas por meio do registro de alguns usos das camadas mais escolarizadas da população, mas contou com um trabalho discursivo por parte de gramáticos, jornalistas e escritores na construção dos sentidos que, hoje, são atribuídos à escrita. Esse trabalho discursivo estava integrado a um modelo de sociedade baseado na manutenção da estrutura de dominação.

Em estudo no qual compara a Constituição do Império, de 1824, e a Constituição da República, de 1892, com o objetivo de observar de que modo a norma culta se comportava no período considerado o das grandes mudanças na sintaxe do português brasileiro, Pagotto (1998) afirma que, de uma constituição para outra, algumas formas de escrita em desuso não foram substituídas por formas da modalidade oral do português brasileiro, mas por formas estranhas ao português falado no Brasil, o que acentuou ainda mais as diferenças entre fala e escrita em nosso país.<sup>3</sup>

Ainda de acordo com esse autor, “o que chama a atenção no caso do Brasil é que todo um arsenal discursivo é acionado no sentido de ‘construir’ a norma culta à imagem e semelhança do português de Portugal” (PAGOTTO, 1998, p. 56). Esse arsenal discursivo é bastante frequente nos campos literário e científico. Com relação ao primeiro campo, apesar da oposição de escritores como José de Alencar<sup>4</sup> à língua classicizante usada na literatura, havia um projeto político de nação e Estado que, ao mesmo tempo em que procurava romper

---

<sup>1</sup> A colocação pronominal proclítica é, sem dúvida alguma, um dos usos modernistas que, embora correntes na língua escrita do Brasil, é ainda hoje considerada incorreto pela norma prescritiva. Um exemplo clássico dessa forma de emprego dos clíticos é *Pronominais*, poema de Oswald de Andrade: “Dê-me um cigarro/ Diz a gramática/ Do professor e do aluno/ E do mulato sabido/ Mas o bom negro e o bom branco/ Da Nação Brasileira/ Dizem todos os dias/ Deixa disso camarada/ Me dá um cigarro”.

<sup>2</sup> A noção de vernáculo assumida neste trabalho refere-se às variedades linguísticas efetivamente em uso.

<sup>3</sup> A não substituição de formas da escrita em desuso por formas presentes na fala dos brasileiros na passagem do Império para a República pode ser exemplificada por meio do emprego dos clíticos. O estudioso verificou que a Constituição do Império apresenta casos severamente condenados pela atual norma culta, como empregar o clítico em início de sentença, em oposição ao uso enclítico presente na Constituição da República.

<sup>4</sup> São muitos os estudos em torno da linguagem empregada pelo romancista e de seu discurso metalinguístico. Distante de assumirmos um posicionamento que considera que Alencar não esteve preocupado em defender a variante brasileira da língua portuguesa, mas se pronunciava em favor próprio e dos usos linguísticos que individualizou, consideramos sua colaboração em direção à diferenciação linguística entre Brasil e Portugal. Assumimos, diferentemente, a importância da língua literária na formação da norma linguística de prestígio em nosso país.

politicamente com a antiga metrópole, também precisava se constituir à sua imagem e semelhança como forma de manter a oposição entre a elite e os demais segmentos da sociedade brasileira.

Afirmar o português do Brasil como gramática possível na língua escrita equivalia a nivelar por baixo, mesmo que uma série de traços da gramática já fizessem parte da fala daqueles que os queriam negar. Como o acesso a esta norma culta se daria somente a partir de rigorosa educação, estava garantido o processo de exclusão (PAGOTTO, 1998, p. 57).

Ainda com relação à manutenção de uma norma linguística europeia no Brasil, durante o Romantismo,

o Brasil continuou a importar cultura, sendo que o modelo a ser imitado deixou de ser Portugal e passou a ser a França. Por isso, também, a tentativa de estabelecimento de diferenciação linguística de José de Alencar pelo nacionalismo não frutificou. A diferença linguística do português do Brasil em relação ao de Portugal era um fato vivido e observado, mas não admitido pela elite aristocrática que detinha o poder, e ainda insistia em viver de acordo com os padrões europeus (LEITE, 2006, p. 57).

O trabalho de Gladstone Chaves de Melo (1992, apud PAGOTTO, 1998), revestido de cientificidade, mostra-se como exemplar na tentativa de provar a unidade linguística entre o português do Brasil e o português de Portugal e que Alencar escrevia em norma culta, mas com um “estilo brasileiro”. Com relação à colocação pronominal, por exemplo, Melo justifica a posição enclítica dos pronomes oblíquos no português de Portugal como consequência do “temperamento” do português, “mais ríspido” e “mais rude”; e a posição proclítica no português do Brasil, como reflexo da “suavidade” e da “delicadeza” do brasileiro. Quanto à posição adotada por Alencar, marcada pela preconização de um abasileiramento da língua portuguesa e pela formação de um dialeto brasileiro diferente do português de Portugal, considerada evolucionista por alguns críticos, afirma:

Como foi atacado e se pôs em campo para defender-se, não tem sua linguagem a **serenidade do doutrinador**, que de resto ele não era em matéria linguística: tem o calor do polemista, que aqui e ali atira fora do alvo ou fere com mais força do que deveria (MELO, 1972, apud PAGOTTO, 1988, p. 62, destaque nosso).

No campo científico, também emergiram discursos que contribuíram para a manutenção da norma purista. Para Pagotto (1998), as gramáticas recentemente colocadas no mercado, buscando atualizar a descrição gramatical e romper com uma tradição pré-científica<sup>5</sup>, se apropriam de certa Sociolinguística para justificar a norma culta<sup>6</sup>. O argumento desses manuais é construído com base na adequação/inadequação dos usos linguísticos em contextos que não se igualam: são condescendentes com as situações comunicativas informais e inflexíveis nas situações que envolvem relações de poder. Em alguma medida, nas conversas de bar, o uso da variedade padrão soa como brincadeira e pode levar seu usuário a

<sup>5</sup> A *Gramática descritiva do português*, de Mário Perini (1995) é citada por Pagotto (1998) como um manual exemplar desse posicionamento em relação à língua, que pretende romper com o pré-cientificismo que marcou os primeiros manuais.

<sup>6</sup> A representação que o Museu da Língua Portuguesa faz da variação linguística por meio de *Erros nosso de cada dia* também parece ancorar-se em certa Sociolinguística. Nessa instalação, a variedade popular do português brasileiro ganha o espaço sacralizado do museu, mas sob uma grade de leitura prescritiva.

ser excluído do círculo de amizades, porque haveria uma convenção social que admite como inadequados certos usos linguísticos. No texto constitucional, no despacho jurídico, nos trabalhos acadêmicos, nos pronunciamentos presidenciais – situações comunicativas em que o poder está em jogo –, diferentemente, a norma culta é requerida.

Uma reflexão em torno da constituição da norma culta do português brasileiro, como a que nos propusemos, não pode ignorar o fato de que o nosso país é um país multilíngue e que aqui coexistem aproximadamente 200 línguas: de um lado o português, de outro as línguas indígenas, as línguas de imigrantes e as línguas de fronteira. Para Guimarães (2006), o espaço de enunciação, ou seja, a distribuição dessas línguas entre seus falantes dá ao português o *status* de língua civilizada, em oposição, principalmente, às línguas indígenas, que são consideradas línguas de cultura por fazerem parte daquilo que caracteriza culturalmente os povos que as utilizam. As línguas de imigração, apesar de serem consideradas línguas civilizadas, também se distanciam do português que, em função de sua distribuição entre os falantes, reveste-se do poder de gozar dos títulos de língua do Estado e língua nacional.

Enquanto língua do Estado e língua nacional, o português dispõe de instrumentos específicos de organização do espaço de enunciação: a Escola, a gramática, o dicionário. A estas se junta de maneira decisiva hoje a mídia. Estas instrumentações da língua trabalham incessantemente sua divisão entre o correto e o errado (GUIMARÃES, 2006, p. 49).

De acordo com a perspectiva adotada por Guimarães (2006), essa distribuição desigual tem consequências: a relação hierarquizada entre os registros formal e informal, bem como, entre os falares regionais – significados não só como coloquiais, mas como coloquiais de pessoas não escolarizadas –, tomada a partir do valor da civilização, faz com que o registro formal prestigiado seja predicado positivamente. Em contrapartida, os registros e os falares pouco valorizados, assim como as línguas indígenas, são predicados como errados, primitivos. Para esse autor,

a determinação da língua portuguesa como língua civilizada no espaço de línguas no Brasil tem sido determinante no modo de se sustentarem posições normativas muito duras nas instituições que lidam com a língua como a Escola e a Mídia. Além da noção de erro dá-se que os registros e falares não legitimados, assim como as línguas indígenas, ficam fortemente afetados pelo sentido do primitivo, do grosseiro, do selvagem (GUIMARÃES, 2006, p. 52).

Como os dados abordados evidenciam, a fixação de uma norma linguística, legitimada pelas gramáticas e dicionários, é uma forma de assegurar a coesão, a identidade e o poder de um grupo. Essa norma, definida como culta ou padrão, corresponde aos usos e atitudes linguísticas dos usuários que desfrutam de prestígio político, econômico e cultural dentro da nação, é transmitida pela escola e confundida com “a” língua.

Nos últimos anos, a norma culta codificada no século XIX é reproduzida, reafirmada e difundida nas gramáticas escolares, acompanhada de colunas em jornais e programas de TV. Os estudos das especificidades do português brasileiro parecem não abalar o laborioso trabalho discursivo de manutenção da norma culta. Desde 2006, no Brasil, esse aparato escolar e midiático parece ter ganhado um aparelho importante, o Museu da Língua Portuguesa.

No próximo subtítulo, apresentamos nossas análises de *Erros nosso de cada dia* como forma de reforçar nossa hipótese de que a variação linguística é confusamente exibida no Museu da Língua Portuguesa e recebe um tratamento predominantemente normativo.

### 3. Análise de *Erros nossos de cada dia*

*Erros nossos de cada dia* é um painel de três metros de altura por doze metros de comprimento com ocorrências de usos da língua, seguidas de comentários que procuram mostrar que, por trás de cada um dos usos ou “erros”, “há uma utilização criativa da língua, uma lógica interna das estruturas, uma analogia que os justifica” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010). Reproduzimos, abaixo, alguns dos cem quadros que formam o painel.



Ilustração 1 – Parte de *Erros nossos de cada dia*

Fonte – <http://www.poesis.org.br/mlp/expo/menas/index.html> (2010)

Tal como procuramos deixar claro no início deste trabalho, adotamos para análise o conceito de língua como um conjunto de variedades. Nesse sentido, contrapomos norma padrão – representação ou imaginário linguístico inatingível – à realidade linguística e social, mais especificamente, à massa de variedades reais, concretas. Assumimos um *continuum* entre as variedades mais cultas, porque mais próximas do ideal de língua, e menos cultas porque mais distantes desse ideal, tanto em sua modalidade oral quanto escrita.

Ao assumirmos a noção de *continuum* entre as variedades do português, procuraremos mostrar que a dicotomia entre norma padrão ou culta e norma popular não é, a nosso ver, uma questão de fácil solução, pois, para levá-la a cabo, seria necessário reunir um conjunto de características linguísticas que permitisse diferenciá-las. Essa diferenciação, no português brasileiro, hoje, jamais seria uniforme. No entanto, parece-nos que o tratamento dispensado pelo museu aos fatos expostos em *Erros nossos de cada dia* obedece a essa dicotomia.

Antes de iniciarmos a análise dos fatos linguísticos expostos na instalação de que nos ocupamos, aqui, parece-nos pertinente analisar o texto que antecede o painel:



Uma das finalidades da língua é a comunicação. **Ela é uma estrutura**, ou seja, **um sistema de regularidades** que assegura a intercompreensão. Mas a língua é mais do que um sistema. **Ela também é um fato social**. Em meio às múltiplas possibilidades que nos são oferecidas, escolhemos aquelas que nos parecem mais adequadas à situação em que estamos. E a variante linguística por que optamos mostra como nos relacionamos com essa espécie de contrato social coletivo que é a língua, promovendo escolhas “certas”, porque adequadas à situação, ou “erradas”, porque inadequadas à situação.

Este é o lugar em que vemos que, por vezes, é tênue a linha que separa o “certo” do “errado”. **Não há acerto absoluto. Não há erro absoluto**. O lugar, a época, o grau de escolaridade, a situação de comunicação, tudo isso influencia nossas escolhas. **O que tentamos mostrar aqui é que o padrão culto da língua, aprendido em geral na escola, convive com a língua familiar, aprendida em casa e nas ruas**.

Acontece que, entre letrados e não letrados, todos temos dúvidas. Todos cometemos “erros”. Por isso, eles são nossos. Na instalação, **os comentários que se seguem a cada frase procuram justamente mostrar que, por trás de cada um, há uma utilização criativa da língua, uma lógica das estruturas, uma analogia que os justifica**. É bem provável que, no futuro, muitos desses “nossos erros” se tornem acertos.

É esperar para ver. **E ver para crer** (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 27, destaque nosso).

No primeiro parágrafo do texto, há uma tentativa de aliar duas definições de língua que, tradicionalmente, no campo dos estudos da linguagem gozam/gozaram de bastante prestígio, apesar de serem excludentes.

A primeira diz respeito à definição de língua como uma estrutura, um sistema. Essa definição está ancorada nos postulados teóricos de Ferdinand de Saussure reunidos no *Curso de Linguística Geral* (título original de 1916), publicação póstuma que permitiu à Linguística adquirir o *status* de ciência autônoma. É conhecida a dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole* (língua e fala) e a assunção da *langue* como “um sistema que conhece somente sua ordem própria” (SAUSSURE, 2006, p. 31), objeto da Linguística “propriamente dita” para usar as mesmas palavras do autor. Nessa definição, a fala – individual, acessória e mais ou menos acidental da perspectiva desse autor – é excluída de seu centro de interesse.

A segunda definição, a saber, língua como um fato social, é, em alguma medida, uma reação, ou melhor, uma negação da primeira. Filia-se à elaboração teórico-metodológica de William Labov, principalmente em *Padrões Sociolinguísticos* (título original de 1972), obra que representou o nascimento da Sociolinguística Variacionista. Interessado em investigar os processos de mudança linguística, Labov (2008) revelou a intrínseca relação entre esses processos e a variação linguística. Trouxe para o centro dos estudos científicos da linguagem a língua como uma forma do comportamento social, os falantes e suas relações sociais heterogêneas e hierarquizadas e consolidou o estudo da língua em seu contexto social.

Ao definir a língua como algo que “é mais do que um sistema, é também um fato social”, o Museu da Língua Portuguesa parece querer fazer coincidir definições que, no meio acadêmico, não são coincidentes.

As afirmações de que “Não há acerto absoluto” e “Não há erro absoluto” no segundo parágrafo do texto que antecede a instalação parecem ancorar o que se diz sobre língua no museu à posição dos sociolinguistas. No entanto, essa ancoragem não tarda em mudar de terreno e se fixar em um posicionamento prescritivo em matéria de língua, quer pelo nome atribuído à instalação, sem que a palavra “erros” esteja entre aspas – o que indicaria que o sentido requerido para essa palavra naquele contexto não é seu sentido usual de incorreção, inexatidão, desvio –; quer pelo fato de os sociolinguistas não classificarem os fatos

linguísticos como “certos” ou “errados”, mas como adequados ou inadequados à situação comunicativa (esse dado aparece também no final do primeiro parágrafo, em uma tentativa mal sucedida de relacionar o “certo” ao adequado e o “errado” ao inadequado); quer pelos comentários prescritivos que acompanham os usos linguísticos, em cada um dos cem quadros do painel, que, na perspectiva da exposição, carecem de “correção”.

Se os três primeiros parágrafos não são suficientemente claros para traçarmos o perfil de como o museu lida com a língua, no último parágrafo, a ocorrência de “E ver para crer” o resume bem. Esse enunciado advém de um ditado popular, “só acredito vendo”, e remete, em alguma medida, à descrença em determinado acontecimento. Aquele que o profere está tão descrente que só acredita que algo possa vir a ocorrer se puder vê-lo. Se a pretensão era apenas concluir o texto com uma rima (“É esperar para ver. E ver para crer.”), essa empreitada acaba revelando que o museu considera a possibilidade de que ocorram mudanças no português brasileiro (“É esperar para ver”), mas só acredita nessas mudanças se puder vê-las de fato; uma revelação que, uma vez mais, alinha o que se diz sobre a língua no espaço do museu a uma perspectiva bastante conservadora.

Há uma distância entre o modo como a instalação é apresentada e como ela é: os quadros que a compõem, como nossas análises procurarão evidenciar, não mostram o convívio entre a “língua padrão, aprendida na escola, e a língua familiar, aprendida em casa e nas ruas”, como o texto de apresentação faz crer. Tampouco há, nos comentários de cada um dos quadros, a tentativa de mostrar que por trás de cada “utilização criativa da língua” existe uma “lógica das estruturas, uma analogia que as justifica”. Os comentários, em sua maioria, dispõem do discurso da norma e recorrem a aparelhos de referência, tal como os define Aléong (2001), para corrigir ou prescrever o emprego de uma forma e não de outra, com a alegação de que se trata de português culto, padrão.

Essas considerações nos levam a supor que o Museu da Língua Portuguesa, incontestavelmente um aparelho ideológico do Estado, de difusão do discurso oficial sobre o português em nosso país, convoca, exhibe o linguístico para o prescritivo funcionar; um linguístico depurado, um linguístico em conformidade com a grade de leitura da instituição.

Iniciaremos nossas análises dos quadros que formam o painel, retomando o enunciado (1), apresentado na introdução deste trabalho e reproduzido novamente abaixo. Além desse enunciado, *Erros nossos de cada dia* expõe outras duas ocorrências de relativas cortadoras:

- (1) Tenho medo que ocorra um terremoto aqui.
- (2) As ideias que concordo são sempre as menos radicais.
- (3) Eu gostaria que ela não viesse para cá.

Para essas três ocorrências, a exposição prescreve o emprego da forma descrita nos manuais de gramática normativa, ou seja, com a oração relativa precedida de preposição. Não há qualquer tentativa de explicar a supressão da preposição. Nos quadros (1) e (2), a prescrição é ora relacionada à escrita, ora relacionada à fala. No quadro (3), há a ressalva de que “ao menos na língua formal” o complemento oracional de verbos regidos de preposição “deve vir” preposicionado. Que língua formal é essa?

Com relação às orações relativas, Tarallo (1983, apud RIBEIRO, 2002) descrevia como sendo, desde 1880, característico do português brasileiro o uso de relativas cortadoras, relativas lembrete (Conheço uma menina que ela só gosta de música clássica) e ausência de cujo (A casa que as janelas (dela) estão quebradas). Ribeiro (2002), por sua vez, afirma que essas construções são usadas frequentemente por universitários do curso de Letras sem que apresentem qualquer julgamento de estilos socialmente mais aceitos com relação a essas relativas.

Acrescentamos que orações como (1), (2) e (3) são facilmente encontradas nas modalidades oral e escrita do português brasileiro atualmente, o que parece inviabilizar a manutenção da prescrição que toma corpo no museu.

De acordo com Galves (2002), o português do Brasil se diferencia do português de Portugal e das demais línguas latinas por ser uma língua de tópico. Grosso modo, a frase do português do Brasil teria a estrutura SN [SN V (SN)], diferentemente da frase do português de Portugal, cuja estrutura seria SN [V (SN)], o que equivale a enunciados como *Maria, ela fez a comida*, em que Maria é o tópico, ou seja, aquilo sobre o que se vai dizer alguma coisa, e *Maria fez a comida*, respectivamente. Para essa autora, a estrutura de tópico do português brasileiro é uma característica que explica vários aspectos particulares da nossa língua, entre eles, o uso do pronome *ele* como objeto, *ele* como sujeito, *ele* como objeto de preposição. Esse último aspecto está intimamente relacionado com o funcionamento das relativas.

Com relação ao uso do pronome *ele* como objeto, a mostra expõe uma ocorrência:

(4) Eu vi ela na festa.

Como em todos os demais fatos linguísticos abordados na exposição, há a prescrição para que se “dê preferência, na língua escrita,” aos pronomes oblíquos: “eu a vi na festa” ou “eu vi-a na festa”. Apesar de frases como (4) serem muito comuns no Brasil, em Portugal essa é uma construção inexistente, o que nos leva a supor que o modelo de língua para o museu, ao prescrever o uso da forma canônica, é o da antiga metrópole.

O uso de *ele* como sujeito também é diferente no Brasil e em Portugal. Para Galves (2002), no português do Brasil, o *ele* como sujeito é a construção preferencialmente empregada, em detrimento das construções com sujeito nulo. Em Portugal, diferentemente, construções com sujeito nulo são mais frequentemente empregadas, e o *ele* como sujeito aparece quando é necessário marcar a concordância ou contraste. Enquanto no Brasil temos, por exemplo, *eu tinha um vizinho que ele gostava de ouvir música alta*, em Portugal, a ocorrência mais comum é *eu tinha um vizinho que gostava de ouvir música alta*.

Em *Erros nossos de cada dia*, a construção com *ele* como sujeito, tal como a enumerada por Galves (2002), não é apresentada, mas há o registro de *ele* como sujeito ligado a uma preposição e o registro de *mim* como sujeito de verbo no infinitivo.

(5) O fato dele não saber inglês o incomoda.

(6) Isto é para mim fazer.

No primeiro caso, há a afirmação de que “sujeitos não são preposicionados”, contrariando o uso efetivo da língua pelos brasileiros; e, no segundo, a de que “a língua escrita culta ainda preserva o pronome reto nessas frases: “para eu fazer”.

Outro fato morfossintático que dificulta definir características próprias à norma popular em oposição à norma culta, como parece pretender o Museu da Língua Portuguesa, diz respeito à concordância verbal. Partindo do que é exposto em *Erros nossos de cada dia*, apenas (7) permitiria a afirmação de que a ausência de concordância é característica das variedades populares, visto que se trata de um uso bastante estigmatizado em nossa sociedade. As frases (8), (9), (10) e (11) são realizadas, de um modo geral, pela maioria dos brasileiros, não caracterizando uma ou outra variedade:

(7) A gente vamos à escola todos os dias.

(8) Os padrões de previsão do tempo, devido ao aquecimento global, varia.

(9) Faltou as respostas mais interessantes.

(10) Tu sabe de uma coisa?

(11) Vende-se casas.

O comentário que acompanha (7) confunde variação com mudança no que diz respeito tanto ao emprego de pronomes sujeito quanto à concordância sujeito-verbo:

Os pronomes pessoais estão passando por grandes transformações no português brasileiro: *você* (em lugar de *tu*) *a gente* (em lugar de *nós*) são exemplos disso. Acontece que às vezes começamos a frase com um “pronomo novo”, mas conjugamos o verbo como se ali ocorresse o “pronomo antigo”. Isso explica a frase abaixo [7]. **O português culto resiste a essas mudanças.** Portanto, ainda se deve dizer: “a gente foi à escola todos os dias” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 30, destaque nosso.)

A primeira confusão está relacionada à “transformação de *tu* em *você* e de *nós* em *a gente*”. Não é necessário ser linguista para saber que as quatro formas coexistem e são de uso geral, com exceção do pronome *tu* que parece ter o uso mais concentrado no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e no Nordeste<sup>7</sup>. Em estudo realizado por Freitas, Franco e Cardoso (1986, apud RIBEIRO, 2002), foi observada uma variação na frequência de uso das formas *nós* e *a gente*, em falas cultas formais, mas a ausência total de *a gente* não foi registrada. A segunda confusão refere-se ao fato de a alternância entre as formas pronominais justificar a ocorrência de (7). Acreditamos que seria mais apropriado falar, nesse caso, em hipercorreção, um esforço consciente para não “errar”, para mostrar domínio das normas explícitas da língua. A terceira confusão remete à não diferenciação, por parte da mostra, entre variação e mudança. É prematuro afirmar que “a gente vamos” é uma mudança na língua. Esse tipo de afirmação pressupõe que todas as formas concorrentes (*nós vamos*, *a gente vai*, *nóis vai*) foram suplantadas. Seria mais prudente se a afirmação destacada na citação mencionasse a resistência a essa variante, uma forma entre tantas outras.

As frases (8) e (9) apresentam, respectivamente, distância entre o sujeito da oração e o verbo e posposição do sujeito ao verbo, aspectos que, no português brasileiro, facilitam que a concordância entre o sujeito e o verbo no plural não se dê da forma como é prescrita. Ambos os casos são recorrentes na fala e na escrita dos brasileiros, inclusive de brasileiros com alto nível de escolarização.

No Brasil é **também comum construções** como *está escrevendo*, com *estar* + gerúndio, não comum em Portugal, onde se encontram expressões como *está a escrever*, com *estar a* + *infinitivo* (GUIMARÃES, 2005, p. 26).

Com relação a (8), a interposição de “devido ao aquecimento global”, ou seja, de palavras no singular, favorece a singularização do verbo. Fato semelhante, e igualmente recorrente nos usos efetivos que os brasileiros fazem da língua, ocorre quando há, entre o sujeito no singular e o verbo, a interposição de palavras no plural. Nesse caso, a pluralização do verbo é favorecida:

Por outro lado, a **pesquisa linguística** levada a efeito por **grandes projetos coletivos dos anos 70 confirmaram** a hipótese de Nelson Rossi sobre o policentrismo da sociedade brasileira, nucleada – após a intensa urbanização do país – no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (CASTILHO, 2006?).

<sup>7</sup> Enquanto *tu sabe* caracteriza o uso sulista do português brasileiro, a forma *tu sabes* ainda ocorre em algumas variantes regionais, como a de Maranhão, por exemplo.

Quando o enunciado está na forma canônica, ou seja, SV (sujeito-verbo), a não concordância verbal é cercada de reações preconceituosas dos falantes urbanos letrados. Diferentemente, um enunciado na ordem VS (verbo-sujeito), como (9), aparentemente, não sofre avaliações negativas e/ou correções do lado de fora do Museu da Língua Portuguesa.

O comentário que acompanha o enunciado (8) é taxativo:

o núcleo do sujeito da oração é “padrões”, que está no plural. Portanto, o verbo deve estar no plural também: “os padrões de previsão do tempo, devido ao aquecimento global, variam” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 27).

O tom prescritivo, que predomina nos comentários, é amenizado com relação a (9). Após prescrever a “construção adequada ao padrão culto da língua”, a recorrência de construções como (9) no português do Brasil é reconhecida: “É forte a tendência do português brasileiro a eliminar a concordância do verbo com o sujeito quando ele vem posposto, como no caso” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 30).

O enunciado (10) é exemplar de uma mudança em curso no português brasileiro, a redução das seis formas do verbo conjugado a apenas duas ou três: *eu amo, tu/ele/a gente/vocês/eles ama* ou *eu amo, tu/ele/a gente ama, vocês/eles amam*, sendo a primeira mais estigmatizada do que a segunda. A explicitação do sujeito pronominal parece tornar redundante o emprego das formas verbais com terminações número-pessoais<sup>8</sup>. Nas regiões em que o pronome pessoal *tu* é largamente empregado com a forma verbal da terceira pessoa do singular, seus usuários não sofrem qualquer sanção ou avaliação negativa.

Sobre enunciados como (11), em que há uma oração passiva sintética, por mais que os aparelhos de referência insistam no fato de que *casas* é o sujeito da oração e, portanto, o verbo “deve” concordar com o sujeito que está no plural, no uso, enunciados desse tipo são interpretados como tendo sujeito indeterminado e *casas* como complemento do verbo *vender*. Em *Erros nossos de cada dia*, a frequência cada vez maior de (11) é reconhecida, mas, em medida alguma, o comentário que acompanha o enunciado se desvencilha de seu caráter normativo:

Embora essa construção ocorra com frequência cada vez maior no português contemporâneo, na linguagem culta escrita ainda é comum encontrar o verbo no plural: “vendem-se casas” (ou seja, casas são vendidas) (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 34).

Ao contrapor “português contemporâneo” a “linguagem culta escrita”, na citação acima, há um efeito de sentido de que a forma “mais pura” do idioma estaria nos usos mais antigos e de que o uso atual não teria o valor “culto”, tomado como intrínseco à escrita.

O valor culto atribuído à escrita é recorrente em quadros sobre as realizações e colocações de complementos pronominais. De acordo com a mostra, são exemplos de colocação de complementos pronominais:

- (10) Mandarei-te aquele *e-mail* amanhã pela manhã.
- (11) Não lhe conheço.
- (12) Fi-lo porque qui-lo.

<sup>8</sup> A ocorrência frequente de sujeito explícito nas construções sintáticas é indicativa de outra mudança em curso no português brasileiro, a saber, a passagem de uma língua + *pro drop* para uma língua – *pro drop*, isto é, cujas sentenças requerem a presença de um pronome devido ao “esvaziamento” morfossintático das formas verbais.

Sobre (10), podemos afirmar que não se trata de um uso recorrente na fala e na escrita dos brasileiros, a não ser por hipercorreção.

A mesóclise com as formas de futuro, “Dir-te-ei uma coisa”, está praticamente banida da fala brasileira [e também da escrita], ocorrendo ainda em algumas formas estereotipadas, clichês [ou em contexto escritos estritamente formais]. A forma em uso mesmo é “Te direi uma coisa” o que conduz a uma segunda questão: uso do pronome em início de sentença, condenado pelos gramáticos, mas em realização frequente pelos brasileiros, independente do nível de escolarização (RIBEIRO, 2002, p. 375).

O conservadorismo da mostra é tanto que, em (10), foi feita opção por uma forma não representativa do português brasileiro em função de uma norma gramatical, a que proíbe o uso de pronome em início de sentença. Realizações efetivas como *te mandarei um e-mail amanhã* não são um fato isolado, mas estão relacionadas ao abandono da ênclise no português brasileiro. Para Ribeiro (2002), a perda da mesóclise e a perda da ênclise não deixam outra opção estrutural para os brasileiros senão a de iniciar sentença com clítico, uma escolha que recobre variedades mais e menos padrão.

O uso de *lhe* como acusativo, tal como exemplificado em (11), ainda de acordo com Ribeiro (2002), é constante nas falas dos brasileiros, sem qualquer distinção entre falantes com níveis de escolarização diferentes. Em medida alguma, o comentário que acompanha (11) restringe-se a registrar usos linguísticos em situação de concorrência. O comentário é prescritivo e associa a escrita, como em exemplos anteriores, ao que é chamado de “padrão culto da língua”. Novamente, a exposição trata como mudança aquilo que, no meio acadêmico, é definido como variação.

Com a mudança do quadro dos pronomes pessoais no português brasileiro, algumas formas estão desaparecendo, como **o**, **a**, sendo substituídos por **lhe**, como no caso abaixo [11]. Na escrita, entretanto, prefira “não **o** conheço”, pois o pronome “*lhe*” funciona, no padrão culto da língua, como objeto indireto e o verbo *conhecer* pede objeto direto (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 30).

O enunciado (12) é uma espécie de folclore em torno da língua e em torno de Jânio Quadros, ex-presidente do Brasil conhecido por suas frases de efeito e por sua erudição, e não configura um uso típico do português brasileiro. Conforme apontamos anteriormente, há, no Brasil, a perda progressiva da ênclise, o que favorece enunciados como *o fiz porque quis* (com o pronome proclítico), *fiz porque quis* (sem o emprego do clítico) e *fiz isso porque quis* (com um demonstrativo como acusativo). No comentário, a primeira ênclise é mantida e a segunda é corrigida, porque é assim no “padrão culto brasileiro da língua” dominado quase que exclusivamente por gramáticos normativistas:

Esta frase, atribuída ao ex-presidente Jânio Quadros, provavelmente nunca foi dita por ele, afinal Jânio era um gramático normativista e sabia que, no padrão culto brasileiro da língua, a conjunção “porque” atrai o pronome oblíquo para junto de si. Por isso, Jânio diria: “fi-lo porque o quis” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 31).

Entre todas as ocorrências relacionadas a empregos de pronomes em *Erros nossos de cada dia*, cerca de dez quadros do painel, apenas duas podem ser consideradas como pertencentes a variedades menos prestigiadas:

- (13) Eu estou fora de si.  
 (14) Vamos se ver amanhã?

Com relação à concordância nominal, dois quadros, especificamente, interessam para o que nos propomos, aqui:

- (15) Quero duzentas gramas de presunto.  
 (16) Quebrei meu óculos.

Os enunciados acima são acompanhados de comentários que preconizam “as formas corretas” no “padrão culto da língua”, isto é, indicam que *gramas* pertence ao gênero masculino e que *óculos* é uma palavra sempre plural, respectivamente. A nosso ver, apenas (15) é representativo de uma variedade um pouco estigmatizada. Por sua vez, (16) recobre boa parte das variedades de prestígio, é de uso praticamente geral. Toda a manobra para difusão e imposição do emprego de *óculos* como um substantivo masculino plural, por parte dos aparelhos de referência, é insuficiente, visto que, semanticamente, *óculos* denota uma única unidade, sendo assim, se o objeto é considerado como uma unidade, a lógica linguística dos falantes designa que ele só pode ser referido no singular.

Outros enunciados expostos na mostra sem que fosse considerada a lógica linguística dos brasileiros dizem respeito ao emprego do pronome indefinido *menos* e do advérbio *meio*.

- (17) Há menos pessoas aqui do que ontem.  
 (18) Ela ficou meia cansada.

Obviamente, os comentários que acompanham (17) e (18) fazem remissão ao “padrão culto da língua” e à invariabilidade das palavras pertencentes à classe dos pronomes indefinidos e dos advérbios. Nesses comentários, não há qualquer menção ao fato de que palavras da mesma classe gramatical podem apresentar comportamentos sintáticos diferentes.

O enunciado (17), especificamente, dá nome à exposição temporária, *Menas o certo do errado, o errado do certo*, um nome bastante infeliz, visto que seus responsáveis sequer refletem sobre o fato de que as realizações reais de *menos* só ocorrem diante de substantivos de gênero feminino. Nesse sentido, a mostra, seus curadores e, por extensão, o museu erram (sem aspas) por veicularem algo que, por ora, não configura um uso linguístico efetivo por parte dos brasileiros.

Questões de regência e flexão verbais também ocupam parte dos quadros do painel. Para o museu, “modernamente”, os brasileiros falam (19), mas não o escrevem.

- (19) Vamos no jogo amanhã?

Em uma rápida pesquisa em um *site* de buscas, restrita a páginas do Brasil, foram encontradas 5.710.000 ocorrências para o parâmetro “vamos ao” contra 7.890.000 para o parâmetro “vamos no”, o que, de alguma maneira, assegura a coexistência de ambas as formas na escrita.

No comentário (19), há a indicação de que “a preposição *a* indica com mais clareza o ponto para o qual nos deslocamos” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 30). Acreditamos que se essa preposição fosse, efetivamente, mais clara, ela não seria preterida em algumas variantes do português do Brasil.

Os enunciados sobre flexão verbal também oscilam entre formas mais estigmatizadas, como (20), menos estigmatizadas, tal como exemplificadas em (21) e formas totalmente aceitas na variedade mais próxima da norma padrão, exemplificadas em (22).

- (20) Espero que seja bom pra você.
- (21) Ele vai vim para a exposição.
- (22) Eu explodo de raiva.

O tratamento conferido aos usos de (20) e (21) reafirmam seu não pertencimento à “norma culta”. Quanto a (22), reproduzimos o comentário abaixo.

Muitos gramáticos e dicionaristas consideram que “explodir” é verbo defectivo, que, como tal, não deve ser usado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo. **Para eles**, numa situação como essa, **o ideal** – no padrão culto da língua – **seria dizer** algo como “eu estou explodindo de raiva”. Mostrando que a língua muda, o **Houaiss e outros gramáticos já admitem a forma “explodo”** (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 33, destaque nosso).

O Museu da Língua Portuguesa parece querer se eximir de qualquer responsabilidade pela prescrição ou não de *explodo*. O ponto de vista de “muitos gramáticos e dicionaristas” é apresentado e ocupa dois terços da extensão do comentário. Em seguida, para mostrar que a língua muda, afirma-se que Houaiss e outros gramáticos admitem a forma *explodo*. Apenas aparentemente o museu se exime da responsabilidade, visto que (22) pertence a um conjunto de ocorrências linguísticas denominadas como “erros”.

Na fala, não há “erro”, há variação. Na escrita, a variação é resultado da incorporação de ocorrências da fala. Em nossas análises, consideramos que os enunciados analisados até aqui ocorrem tanto na fala quanto na escrita dos brasileiros. Para esses enunciados, pode-se falar em variação linguística. Nos enunciados restritos à escrita que analisamos a seguir, não se pode falar em variação, visto que as variações da representação escrita, decorrentes de variações fonético-fonológicas, são registradas nos dicionários como formas pertencentes às variantes oficiais, as quais não têm lugar na instalação em questão.

No painel, as ocorrências que remetem a questões exclusivas da modalidade escrita da língua são maioria, cerca de quarenta e quatro dos cem quadros. Como elas não configuram um aspecto de variação linguística propriamente dita do português do Brasil, vamos apresentá-las brevemente com o intuito de reforçar nossa hipótese de que a representação que o museu faz do que seja variação é confusa, visto que ocorrências de naturezas muito diversas são classificadas genericamente de “erros”, além do fato de a instituição tomar como língua a modalidade escrita da língua.

Os quadros que exploram questões ortográficas podem ser separados em três grupos: o primeiro grupo explora homônimos heterógrafos e parônimos; o segundo grupo aborda o emprego da crase; e o terceiro grupo, desvios das normas ortográficas, sendo, alguns deles, caracterizadores de uma variante oral estigmatizadas.

São pertencentes ao primeiro grupo frases como:

- (23) A liminar foi caçada pela desembargadora.
- (24) Ninguém tem o direito de me taxar de corrupto.
- (25) Alguns parlamentares querem discriminar o uso de drogas.
- (26) Aquelas casas germinadas até que ficaram bonitas.

Os comentários que acompanham esses enunciados apresentam o par de palavras e seus respectivos significados. Em função dos limites deste trabalho, citaremos um deles como forma de exemplificar.



*Caçar* e *cassar* são homônimos, mantendo sentidos diferentes. *Caçar* é “sair à caça”, e a desembargadora não deve ter abatido a liminar a tiros. *Cassar* é “suspender os efeitos de uma ação”. Nossa desembargadora foi por aqui: “a liminar foi cassada pela desembargadora” (MENOS: O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 27).

Entre os quadros que recobrem inadequações quanto ao emprego da crase, recortamos:

- (27) À partir de maio, volta a fazer frio.
- (28) De segunda à sábado, succulenta feijoada.
- (29) Tudo na loja era vendido à prazo.

Nessas três frases, os comentários que as acompanham reiteram a regra para o emprego da crase e apresentam a forma adequada de acordo com ortografia da língua portuguesa.

Os enunciados de (30) a (36) são alguns exemplos do terceiro grupo.

- (30) Fiz uma festa beneficente.
- (31) Ele sempre fez o que quiz.
- (32) Sem adeogado não se faz justiça.
- (33) Não se esqueça de incluir a data no cabeçário da prova.
- (34) Aja paciência para tantas exceções!
- (35) É preciso colocar fim aos privilégios.
- (36) A questão não tem nada haver com você.

É conveniente destacar que, assim como a representação de língua adotada pelo Museu da Língua Portuguesa em *Erros nossos de cada dia* e, por extensão na exposição temporária *Menas*, é idealizada, como se a língua fosse, de fato, o conjunto das normas reunidas nas gramáticas normativas e não o conjunto dos comportamentos linguísticos de seus usuários, a representação que a instituição faz de variante popular tampouco se aproxima das realizações reais. Parecem-nos inconsistentes fatos como um indivíduo trocar *cabeçalho* por *cabecário* e empregar o verbo *esquecer* de acordo com sua regência mais tradicional, tal como exemplificado em (33); enganar-se com relação à grafia do verbo *haver* no presente do subjuntivo, mas não com relação à grafia de *exceções*, como em (34); ou ainda, escrever/dizer (35), mas não *colocar fim nos privilégios*.

Em conformidade com o que afirmamos anteriormente, as frases reunidas no grupo três apresentam questões restritas à ortografia, mas, entre elas, há palavras que, quando são ditas, caracterizam, mesmo que minimamente, uma variante estigmatizada. Essas palavras são encontradas em (30), (32), (33) e (35).

Além de todas as ocorrências que relacionamos acima, ainda há espaço na instalação para bobagens, tais como:

- (37) Polícia procura padre sequestrado pela internet.
- (38) Pode me incluir fora dessa!

Na mostra, (37) é um enunciado ambíguo, definição da qual discordamos. Um brasileiro que leia (37) automaticamente aciona seu conhecimento de mundo a respeito de sequestros e do funcionamento da internet, logo, interpreta a frase de maneira lógica: polícia procura pela internet padre sequestrado. Não vemos razões para que (37) faça parte dos “erros nossos de cada dia”.

O enunciado (38) é o bordão usado por uma personagem de um programa de televisão humorístico, salvo engano, Zorra Total, da Rede Globo, quando queria ser excluída de alguma coisa que lhe parecia ser uma cilada. Os bordões são bastante comuns no meio humorístico e sua repetição gera um efeito cômico. Não raramente, os bordões alcançam as ruas. Na instalação que analisamos, o bordão, assim como uma série de usos linguísticos legítimos do português brasileiro, não escapa ao olhar censurador e prescritivista que é adotado no museu: “incluir fora é uma combinação sintática que deve ser evitada” (MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO, 2010, p. 33).

#### 4. Conclusão

Como nossas análises procuraram mostrar, em *Erros nossos de cada dia*, há um discurso da norma que procura manter uma situação de dominação daquilo que se convencionou chamar de norma culta no Brasil, foi codificada nos manuais de gramática normativa e dicionários no século XIX e é confundida com “a” língua.

A instalação é confusa. Reúne sob a definição genérica de “erros” uma série de usos linguísticos de diferentes ordens, define como mudança aspectos ligados à variação linguística, é incapaz de discernir o que é marcado do que é não marcado no português do Brasil, assume uma definição de língua como um conjunto de normas, apresenta construções que sequer constituem exemplos dos usos efetivos que os brasileiros fazem da língua e comentários que não se limitam a reconhecer que há construções sintáticas em situação de concorrência no português brasileiro, mas são prescritivos.

A partir da análise dessa instalação, acreditamos que é possível assumir que o Museu da Língua Portuguesa é mais um aparelho de difusão e imposição da norma padrão em nosso país, assim como a escola, as colunas de jornal, os manuais de redação e a Academia Brasileira de Letras. Diferentemente dos demais aparelhos, o museu procura parecer mais democrático no tratamento dos fatos linguísticos na medida em que expõe questões relacionadas à variação e tenta incorporar uma multiplicidade de vozes sobre língua, apesar de fazê-lo de maneira bastante enviesada. Essa diferença não torna o Museu da Língua Portuguesa menos condescendente com o discurso da norma, vigente em nosso país há mais dois séculos, que as pesquisas do campo da Sociolinguística procuram modificar.

#### Referências bibliográficas

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001, p. 145-174.

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação linguística, norma culta e ensino da língua materna. In: BRASIL. **Subsídios à proposta curricular em língua portuguesa para 1º e 2º graus**. São Paulo: SE/CENP, 1988, v.3, p. 53-59.

\_\_\_\_\_. **A hora e a vez do português brasileiro.** Disponível em: <[http://www.poesis.org.br/files/mlp/texto\\_7.pdf](http://www.poesis.org.br/files/mlp/texto_7.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2010.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GNERRE, Maurício. Linguagem e poder. In: BRASIL. **Subsídios à proposta curricular em língua portuguesa para 1º e 2º graus.** São Paulo: SE/CENP, 1988, v.3, p. 61-69.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 47-53, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 24-28, abr./jun. 2005. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200015&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200015&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 jan. 2012.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

MENAS, O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO. **A exposição.** Disponível em: <<http://www.poesis.org.br/mlp/expo/menas/index.html>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

MENAS O CERTO DO ERRADO, O ERRADO DO CERTO. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2010, 96 p. (Catálogo da exposição realizada no Museu da Língua Portuguesa, de 15 de março a 27 de junho de 2010).

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 2, p. 49-68, 1998.

RIBEIRO, Ilza. Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). **Para a história do português brasileiro.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, p. 359-381.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.